



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*  
*Gabinete da Des.<sup>a</sup> Helena Carla Reis*

095

HABEAS CORPUS Nº 204.540-9 FLORESTA (Vara Única).

IMPETRANTE: Adv. BATISTA CÍCERO DE ASSIS.

PACIENTES: **JOSÉ HILTON NETO;**

**LUIZ ANTONIO DOS SANTOS;**

**ALDENI JOSÉ DOS SANTOS.**

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. RENATO DA SILVA FILHO.

ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

5504  
**EMENTA:** CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO DA CONSTRUÇÃO CAUTELAR. DELONGA TAMBÉM CAUSADA PELA DEFESA – SÚMULA Nº 64 DO STJ. SUPERADA ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Eventual demora também fundada em virtude de adiamento da audiência de instrução e julgamento, a pedido da defesa. Aplicação da Súmula nº 64 do Superior Tribunal de Justiça.

II - Necessidade da manutenção da custódia cautelar para acautelar a ordem pública.

III - Inexistência de constrangimento ilegal.

IV - Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 204.540-9, em que figura como pacientes **JOSÉ HILTON NETO, LUIZ ANTONIO DOS SANTOS e ALDENI JOSÉ DOS SANTOS**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão de 27/01/2010, à unanimidade, em denegar a ordem



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*  
*Gabinete da Des<sup>a</sup>. Helena Carla Reis*

096

pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho**

**Relator Substituto**



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*  
*Gabinete da Des.ª Helena Carla Reis*



097

HABEAS CORPUS Nº 204.540-9 FLORESTA (Vara Única).

IMPETRANTE: Adv. BATISTA CÍCERO DE ASSIS.

PACIENTES: **JOSÉ HILTON NETO;**

**LUIZ ANTONIO DOS SANTOS;**

**ALDENI JOSÉ DOS SANTOS.**

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. RENATO DA SILVA FILHO.

ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

**RELATÓRIO**

O advogado Batista Cícero de Assis, inscrito na OAB/PE sob o nº 938-A, ajuizou pedido de Ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com arrimo no artigo 5º, incisos XXXIV, alínea "a" e LXVIII da Carta da República, 647 e seguintes do Código de Processo Penal, em favor de **JOSÉ HILTON NETO, LUIZ ANTONIO DOS SANTOS e ALDENI JOSÉ DOS SANTOS**, qualificados nos autos, presos em flagrante delito e à disposição do MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Floresta/PE, ora apontado como autoridade coatora.

Alega o impetrante, nas suas razões de fíls. 02/15, em síntese, que os pacientes foram denunciados pela conduta prevista no artigo 33, § 1º, inciso II da Lei nº 11.343/2006 (Nova Lei Antidrogas). Refere que o constrangimento ilegal deve-se à demora para a formação de culpa, posto que os acusados encontram-se encarcerados desde o dia 08 de março de 2009. Argumenta que os pacientes fazem jus à liberdade em razão dos princípios do Devido Processo Legal, e da Presunção de Inocência.

Afirma, ainda, a inocência dos acusados, posto que não tinham conhecimento da droga apreendida pelos policiais que, por sua vez, sendo as únicas testemunhas do flagrante, contaminam-no "*de uma suspeição inadmissível*".

Não foi formulado pleito liminar.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*  
*Gabinete da Des.<sup>a</sup> Helena Couto Reis*

098

Instado a manifestar-se, a douta Magistrada de 1º Grau esclareceu (fls. 63/65) que "(...) *pelo que noticiam os autos, os pacientes foram presos em flagrante delito, no dia 08 de março de 2009, nas localidades rurais onde residem, na posse de cerca de 127,5 quilos da droga cannabis Sativa Linneu, conhecida como maconha, divididas em sacos. Com o primeiro acusado também foi apreendida uma espingarda tipo soca-soca e um rifle com marca e numeração adulterada (...)*".

Ainda segundo as informações da magistrada, a denúncia foi recebida e designada audiência de instrução e julgamento, que foi adiada por três vezes, sendo uma delas a pedido da própria defesa, tendo o patrono dos réus, impetrante deste *writ*, alegado que estaria participando de outra audiência na Comarca de Rodelas/BA. Atualmente está designada a data de 17 de março do ano em curso, para a audiência de instrução e julgamento.

O Ministério Público, por meio do parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 71/72).

É o relatório.

**VOTO**

Nas razões expendidas na exordial de fls. 02/15, o impetrante aduziu que **JOSÉ HILTON NETO, LUIZ ANTONIO DOS SANTOS e ALDENI JOSÉ DOS SANTOS** encontram-se a sofrer constrangimento ilegal, ocasionado pelo fato de se acharem recolhidos à prisão desde o dia 08 de março de 2009, sem haver sido concluído o processo crime.

Consoante se depreende das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, uma das causas do postergamento da ação penal deveu-se a motivo gerado principalmente pela própria defesa, haja vista que um dos adiamentos da audiência de instrução e julgamento foi requerido pelo advogado dos réus, impetrante do presente *mandamus*, provocando, assim, o retardo da marcha processual. Circunstância dessa



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*  
*Gabinete da Des.<sup>a</sup> Helena Costa Reis*



099

natureza, inclusive, foi objeto de Súmula no Superior Tribunal de Justiça, resultando na edição do verbete nº 64, *in verbis*:

**"Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".**

Por certo, também, não se pode olvidar que o a concessão das liberdades pretendidas, nesta oportunidade, esbarra, ainda, na gravidade e nas circunstâncias do crime, tal qual narrado nos autos; em que os pacientes foram presos em situação de flagrância, na posse de enorme quantidade de droga (**cento e vinte e sete quilos e meio de maconha**), numa clara atitude de escárnio frente aos poderes públicos e de afronta a ação do Estado. Além do mais, poderia vir a dificultar a segurança da aplicação da lei, em caso de imposição de pena.

É cediço que a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa, trabalho certo e outros atributos dessa ordem não são, de per si, suficientes para gerar o direito subjetivo ao benefício da liberdade provisória. Veja-se decisão ajustável, *in verbis*:

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. GRANDE APREENSÃO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ORDEM DENEGADA.**

1. A custódia cautelar está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, circunstância evidenciada pela periculosidade in concreto da paciente, envolvida com tráfico interestadual, presa com grande quantidade de drogas, inexistindo, assim, o constrangimento ilegal.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*  
*Gabinete da Des.ª Helena Carla Reis*

100

2. As condições pessoais favoráveis da paciente, por si sós, não inviabilizam a decretação da segregação antecipada, quando existem nos autos outros elementos capazes de autorizar a imposição da custódia cautelar.

3. Habeas corpus denegado.

HC 134471 / BA

HABEAS CORPUS 2009/0075032-2

RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE)

DJe 16/11/2009

Decisão: 20/10/2009

De outra parte, é de vulgar sabença que as questões de prova não devem ser conhecidas em sede de *Habeas Corpus*, posto que o Remédio Heróico não é via adequada para sua análise, cabendo ao juízo processante apreciar, detidamente, a participação ou não de quem está sendo acusado do cometimento de grave ilícito penal. Esse é o caso dos autos em presença.

A natureza célere da ação de *Habeas Corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, inviabilizando, desse modo, o revolvimento fático probatório na estreita via mandamental. Nesse mesmo sentido:

**EMENTA: HABEAS CORPUS. DELITO DE AMEAÇA. ARTIGO 147 DO CÓDIGO PENAL. Pela via estreita do remédio heróico não cabe discutir a prova no âmbito do Habeas Corpus. Nem tampouco é via adequada para se conhecer de exceção de suspeição, a qual deve ser necessariamente argüida no 1º grau em procedimento próprio. DENEGARAM A ORDEM. UNÂNIME.**

(Habeas Corpus Nº 71001359462, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Alberto Delgado Neto, Julgado em 13/08/2007). TJ/RS. RELATOR: Alberto Delgado Neto. ÓRGÃO JULGADOR: Turma Recursal Criminal.



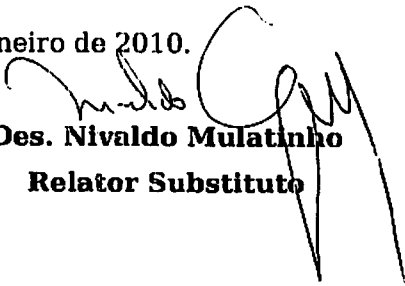
*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*  
*Gabinete da Des<sup>a</sup>. Helena Carla Reis*



De outra banda, existe a presumida necessidade da prisão preventiva, calcada na existência da certeza da materialidade e das autorias delitivas, e na necessidade de acautelar a Ordem Pública, posto que os crimes relacionados ao tráfico de drogas são freqüentes neste Estado de Pernambuco, e ainda mais na região em que os pacientes exerciam a atividade delituosa, conhecida como "**Polígono da Maconha**". Tais circunstâncias apontam para a utilidade de manutenção das constrições cautelares.

Dessarte, acolhendo o parecer Ministerial, proferido pelo douto Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, **meu voto é pela denegação da ordem.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho**  
**Relator Substituto**